

A luta pela paz na resistência antifascista

Intervenção de **Armando Myre Dores**,
vice-presidente do Conselho Directivo
da Associação Lúri Gagárin,
na tertúlia-debate «*Lénine, a questão da paz
e a resistência antifascista portuguesa*»,
realizada a 11 de Novembro de 2010, em Lisboa,
no Museu da República e Resistência

A luta pela paz sempre foi uma componente muito importante da luta geral do povo português contra o fascismo.

Nas vésperas da reunião da Cimeira da NATO em Lisboa, vamos recordar a intensa luta pela paz que se desenvolveu em Portugal na primeira metade dos anos cinquenta do século passado, altura da assinatura do Pacto do Atlântico, de que Portugal foi membro fundador, e da grande acção desenvolvida no nosso país contra a reunião do Pacto do Atlântico em Lisboa em 1952.

- **Em 10 de Fevereiro de 1949** foi formado o Movimento Nacional Democrático numa sessão na Voz do Operário presidida pelo prof. Azevedo Gomes. O M.N.D. pretendia continuar a acção do MUD, mas com as dificuldades na unidade da Oposição, foi-se transformando num movimento das forças mais à esquerda.

O M.N.D. (que actuou legalmente até 1956) foi o primeiro movimento de oposição democrática a associar a luta pela paz à luta contra o fascismo, pelas liberdades democráticas e pela independência nacional.

- **Em 20 de Abril de 1949** realiza-se o Primeiro Congresso Mundial de Partidários da Paz em Paris e Praga presidido por Frédéric Joliot-Curie.

- **Em Abril de 1949** foi assinado em Washington o Pacto do Atlântico, tendo Portugal como membro fundador.

- **Em Setembro de 1949** foi anunciado que a URSS possuía a bomba atómica.

- **Em Outubro de 1949** foi proclamada a República Popular da China.

- O **início da década de cinquenta** foi um período particularmente perigoso. Havia uma grande tensão na Alemanha ocupada pelos americanos, ingleses e franceses, por um lado, e os soviéticos por outro. Havia enfrentamentos em várias regiões do mundo, nomeadamente na Coreia.

- **A 18 de Março de 1950** é feito o apelo de Estocolmo contra a bomba atómica. Este apelo foi assinado por 500 milhões de pessoas em todo o mundo (um quarto da população mundial).

(Até Janeiro de 1952 tinham sido recolhidas em Portugal 45 mil assinaturas para o Apelo de Estocolmo - «Unamo-nos em defesa da paz», Secretariado do CC do PCP, 1952).

- **Junho de 1950** - Intervenção militar dos EUA na Coreia. A guerra da Coreia criava uma enorme tensão e perigo de guerra mundial. Os Estados Unidos ameaçaram usar a arma atómica contra o povo coreano. O general MacArthur, comandante das tropas americanas na Coreia, defendeu o bombardeamento da China com bombas atómicas.

- **Em Agosto de 1950** constitui-se a Comissão Nacional para a Defesa da Paz (C.N.D.P.), numa assembleia para comemorar o 15.º aniversário da Associação Feminina Portuguesa para a Paz. Da C.N.D.P. fazia parte um amplo leque de democratas de várias tendências. A comissão recebeu apoio de várias estruturas de trabalhadores.

A C.N.D.P. dirigiu as suas actividades contra o Pacto de Atlântico.

Num documento do PCP afirmava-se: «O Povo português deverá combater desde já a participação de Portugal no Pacto de Atlântico, contra a cedência de bases no seu território».

- **11 de Novembro de 1950**, aniversário do Armistício da I Guerra Mundial. Foi a altura escolhida pela C.N.D.P. para aparecer publicamente.

Foi marcada uma concentração junto ao monumento aos mortos da Grande Guerra, em Lisboa. A zona do monumento foi ocupada pela polícia. Havia um grupo de democratas, entre os quais aderentes do MUD Juvenil. Havia a intenção de várias pessoas irem depor flores no monumento. Como combinado, Aboim Inglês foi depor um ramo de flores, sendo preso por isso. Foram presos vários estudantes.

À noite, foi organizada uma sessão solene no Centro Republicano António José de Almeida. A sessão foi interrompida pela PIDE, no meio de grande turbulência na sala.

- **De 21 a 26 de Fevereiro 1951** realizou-se em Berlim uma reunião do Conselho Mundial da Paz, que lançou um apelo às cinco grandes potências para assinarem um pacto de paz aberto a todos os países. Este apelo haveria de ser assinado por 600 milhões de pessoas em todo o mundo.

Em Portugal foram recolhidas mais de cem mil assinaturas («Uni-vos pela Paz», Boletim da Comissão Nacional da Paz, Setembro de 1953).

Anexos I e II

- Em **meados de Junho de 1951**, por morte do então Presidente da República, general Carmona, é lançada a candidatura do professor Ruy Luís Gomes à Presidência da República. O processo é entregue a **9 de Junho de 1951**. No manifesto «Ao Povo» ataca-se o rearmamento, reclama-se mais pão e menos canhões, a colaboração com todos os países, o repúdio do uso das armas atómicas e defende-se um pacto de paz entre as cinco grandes potências. **No dia 17 de Junho**, o Supremo Tribunal declara Ruy Luís Gomes inelegível. Apesar do pouco tempo em que se actuou, foram feitas várias acções de campanha, nomeadamente o célebre comício de Rio Tinto, em que os dirigentes do M.N.D. foram duramente espancados.

- **Em Janeiro de 1952**, a Comissão Central do MND publicou um importante documento contra o Pacto de Atlântico.

Anexos III e IV

Depois de uma crítica cerrada à política do Governo, quanto às liberdades democráticas, situação económica e peso das despesas de guerra no Orçamento do País, sublinhava-se o elevado custo que a própria organização da reunião em Portugal ia ter. O documento exprimia as aspirações do povo português de saída de Portugal do Pacto do Atlântico, de cooperação pacífica entre os povos e de salvaguarda da independência nacional, bem como da melhoria das condições da vida económica.

Ele foi avidamente lido e discutido por milhares de democratas e por milhares de amigos da paz em todo o país.

Este documento é de flagrante actualidade e mostra que muita coisa não mudou desde há quase 60 anos!

Ver <http://josecardosomorgado.blogspot.com>

- **20 de Fevereiro de 1952** - Reunião do Conselho da NATO no Instituto Superior Técnico de Lisboa. Na luta contra a reunião do Pacto do Atlântico em Lisboa, mais de 140 mil documentos foram distribuídos em todo o País pelo M.N.D, pelo MUD Juvenil, pelo Movimento Nacional para a Defesa da Paz e por muitos outros amigos da Paz. Dezenas de milhares de pequenas tarjetas com frases contra o Pacto do Atlântico foram igualmente distribuídas por Lisboa, Ribatejo, Barreiro, Sines, Almada, e por toda a parte no País inscrições com idênticos dizeres apareceram em muitas paredes e estradas; centenas de cartas alusivas à paz e ao Pacto do Atlântico foram dirigidas às embaixadas dos países da NATO, aos párocos das freguesias e outras pessoas.

No elevador de Santa Justa, em Lisboa, foi colocado um grande cartaz em que se repudiava o Pacto do Atlântico; foram recolhidas milhares de assinaturas de apoio a um Pacto de Paz entre as cinco grandes potências e centenas para uma representação a dirigir ao Presidente da República reclamando a saída de Portugal do Pacto do Atlântico; reuniões amplas de operários para discutirem os perigos de guerra tiveram lugar em muitas empresas; por exemplo, numa fábrica de condutores eléctricos em Lisboa os operários manifestaram-se na sua quase totalidade por um Pacto de Paz; os estudantes do Instituto Superior Técnico condenaram, em Assembleia Geral da sua Associação, a utilização da sua escola para tal reunião; mulheres manifestaram-se activamente contra a guerra em várias localidades.

- **Em 1952** é instaurado um processo a 80 alunos da ESBAL acusados de propagarem «ideias dissolventes»; são expulsos 15 estudantes da Escola de Belas Artes de Lisboa. Eram acusados de, juntamente com um numeroso grupo de colegas, se terem pronunciado contra o Pacto do Atlântico, de terem distribuído panfletos e terem escrito palavras de ordem nas paredes. Entre os expulsos destaca-se José Dias Coelho, mais tarde assassinado nas ruas de Lisboa, em Dezembro de 1961.

Os estudantes do I.S.T., onde teve lugar a reunião do Conselho do Pacto do Atlântico, juntos com outros estudantes e jovens trabalhadores, cobriram o edifício e os muros de palavras de ordem pela paz, contra as armas atómicas e o fascismo.

Antes da realização em Lisboa da reunião do Conselho da NATO foram presos (em **meados de Fevereiro**) em todo o País muitos democratas, entre os quais Ruy Luís Gomes, Virginia Moura, José Morgado e Albertino de Macedo (Comissão Central do M.N.D.).

- **A 20 de Maio de 1952** são julgados os membros da Comissão Central do MND, sob a acusação de enfraquecerem a resistência do País a uma agressão e pelo facto de terem dirigido ao povo português um manifesto em que substancialmente se recomendava que, em lugar do Pacto do Atlântico, se reclamasse um Pacto de Paz entre as cinco grandes potências.

Durante este julgamento no Tribunal da Boa Hora em Lisboa foram enviadas centenas de cartas de solidariedade aos democratas presos. Houve protestos junto da PIDE e do juiz, do Ministério do Interior e do Presidente do Conselho. Foram entregues no tribunal três mil assinaturas de solidariedade. Em Lisboa e arredores foram espalhados e distribuídos centenas de milhar de tarjetas e documentos. Todos os dias havia centenas de pessoas no julgamento. Depois de uma das sessões, à saída do tribunal foram presos 15 jovens.

Devido à campanha de solidariedade, a condenação foi de três meses de prisão. Como já tinham cumprido o tempo, foram postos em liberdade.

- Continuam as acções de luta pela paz, tomando formas de grande audácia política e espírito de abertura. Alguns padres assinaram Apelos de Paz, tendo mesmo alguns recolhido assinaturas dos seus paroquianos. A **19 de Outubro de 1952** são presos 12 jovens em Albarraque, por estarem a recolher assinaturas a favor de um Pacto de Paz entre as cinco grandes potências e contra as perseguições aos amigos da Paz.

- Entretanto continuava a **guerra na Coreia** em que os norte-americanos praticaram actos inqualificáveis contra o povo coreano. À volta disso, foi feita uma grande campanha internacional para denunciar esses actos, tendo havido também em Portugal uma acção nesse mesmo sentido.

Em **Maio de 1952** é publicado o documento «*A Arma Bacteriológica está a ser empregada pelos americanos na Coreia e na China*».

Anexo V

Também em 1952 ocorre a publicação do «*Relatório da Comissão Internacional Feminina para investigação de atrocidades cometidas pelas tropas dos EUA e de Li Seung Man na Coreia*».

Anexo VI

Estes documentos tiveram uma enorme importância para desmascarar os crimes americanos na Coreia. Eram documentos extremamente concretos com factos indesmentíveis. O primeiro baseia-se num relatório da Associação Internacional dos Juristas Democratas. E o segundo foi elaborado por uma comissão internacional convidada pela Federação Democrática Internacional das Mulheres.

Alguns exemplos:

A capital do país foi completamente arrasada, tal como outras cidades e muitas povoações;

Assassinatos em massa pelas formas mais cruéis: pessoas queimadas vivas, enterradas vivas, decapitadas, mulheres violadas, a Ópera de Pyongyang utilizada pelas tropas americanas como bordel, hospitais devidamente identificados foram bombardeados;

Destruição do templo de Buda, Yen Myen Sa, situado no cimo de um monte, próximo de Pyongyang, sem ter perto qualquer objectivo militar. Este templo tinha sido objecto de veneração do povo coreano durante vinte séculos;

Utilização de insectos (moscas, pulgas, aranhas, etc.) para disseminar doenças (tifo exantemático, febre amarela, cólera). Algumas espécies de insectos nem sequer existiam na Coreia antes da guerra.

- **1953** - Foi assinado o Armistício na Coreia.

Esta guerra ficou marcada não só pela citada agressão dos Estados Unidos, já nessa altura sob a égide da ONU, como pelo facto de pela primeira vez os Estados Unidos não terem ganho uma guerra. O povo coreano, apoiado pela China Popular e pela União Soviética, e com a solidariedade dos povos de todo o mundo, fez frente à agressão americana.

- **Julho de 1954** - Crescem também em Portugal as acções pela paz em Goa, sob a forma de concentrações, manifestações, abaixo-assinados, distribuição de documentos, etc., designadamente em Sacavém, na Póvoa, Alhandra, Alverca, Amadora, Pias (dois mil manifes-

tantes), Vale de Vargo, Santarém, Serpa, Santiago de Cacém, etc. (*Salazar, Biografia da ditadura*, Pedro Ramos de Almeida).

Em fins de **Julho de 1954**, forças da União Indiana assaltaram e ocuparam definitivamente os dois pequenos enclaves «portugueses» de Dadrá e Nagar-Avely. Foi o início de um ano de crise política entre os dois países e o princípio da tensão, que só terminaria com o 25 de Abril e que teve o seu momento culminante com a expulsão total dos portugueses de Goa, Damão e Diu, em 19 de Dezembro de 1961.

Nesse ano de **1954, a 11 de Agosto**, o MND enviou aos jornais um documento, assinado por Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura, José Morgado e Albertino de Macedo, sobre o que se estava a passar na Índia, condenando a política colonial do Governo e defendendo negociações com a União Indiana para a resolução pacífica do conflito em torno de Goa, Damão e Diu. Foi o suficiente para Ruy Luís Gomes e os seus companheiros serem presos a **19 de Agosto**.

Ruy Luís Gomes e os seus companheiros foram então acusados de traição à Pátria e julgados, em **Junho de 1955**, no Tribunal Plenário do Porto. Foram condenados. Recorreram da sentença, aguardando em liberdade o resultado do recurso. Anulado o julgamento, recolheram de novo à cadeia.

Foram novamente julgados em meados de 1957. Ruy Luís Gomes foi condenado a dois anos de prisão. Mais de metade deste tempo foi passado na Colónia Penal de Santa Cruz do Bispo, em Matosinhos, prisão especialmente destinada a presos comuns de difícil correcção; muitos destes presos eram dementes.

O julgamento de **1957** no Tribunal Plenário do Porto foi violentíssimo. Perante a acusação de traição à Pátria, a PIDE lamentava não haver a pena de morte e pediu 50 anos de prisão, para cada um dos réus, mais medidas de segurança. O tribunal não conseguiu provar as acusações mais graves. Acabaram por ser condenados por delitos políticos menores.

O apoio popular persistente em todas as sessões do julgamento, a combatividade dos réus, a firmeza das testemunhas de defesa e dos advogados e a solidariedade internacional foram decisivos para a sua libertação.

Anexo VII

(Ver «Nota Oficiosa» do MND, de 11 de Agosto de 1954, sobre os acontecimentos ocorridos em Goa, Damão e Diu - o caso da Índia.)

* * *

Este foi um breve apanhado de um período histórico muito difícil para as forças democráticas portuguesas, em que a luta pela paz tomou um carácter muito agudo.

Mais tarde, com o começo da luta armada nas colónias portuguesas, outras frentes de luta pela paz se abriram.

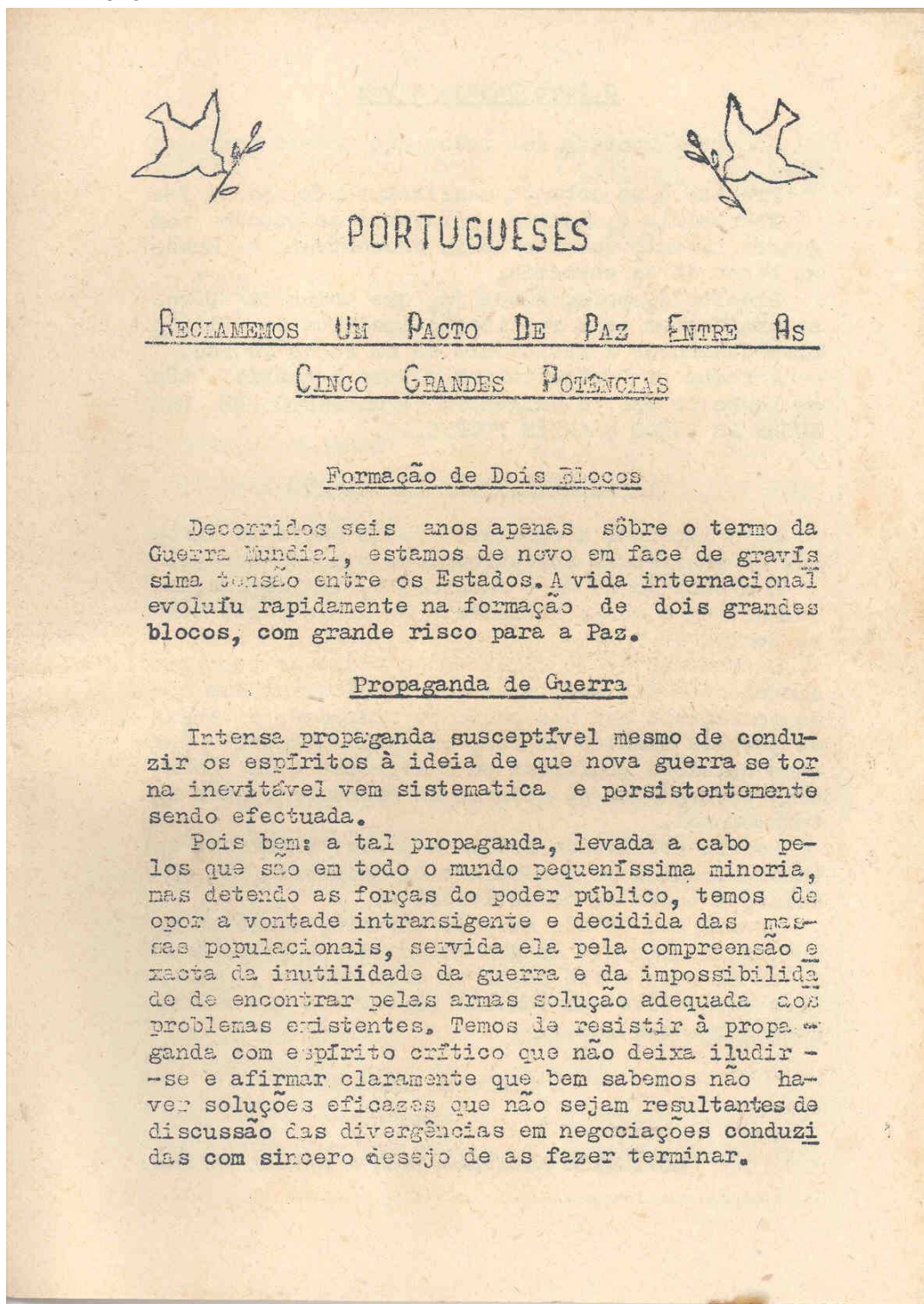
Apenas quis incidir esta intervenção no período anterior e posterior à reunião do Pacto do Atlântico de 1952.

Hoje, como ontem, devemos lutar contra este pacto agressivo, que pretende ampliar a sua acção à escala mundial.

Lisboa, 11 de Novembro de 2010

ANEXOS

Anexo I



Anexo III

Eis o documento notável com que a P. I. D. E. procurou «justificar» a prisão arbitrária e o odioso processo político
CONTRA OS QUATRO MEMBROS DA COMISSÃO CENTRAL DO M. N. D.

Ang.

PACTO DE PAZ E NÃO PACTO DO ATLÂNTICO

Projecta-se para breve uma reunião em Lisboa do Conselho do Pacto do Atlântico, reunião que tem sido apresentada como decisiva para a intensificação dos preparativos militares das Potências Ocidentais.

Para definirmos a posição do Movimento Nacional Democrático perante a participação do Governo Português no Pacto do Atlântico, analisemos, em primeiro lugar, as suas repercussões na vida interna nacional.

Nesse texto, os estados signatários comprometem-se.

«...a salvaguardar a liberdade, herança comum e civilização dos seus povos, fundadas nos princípios da democracia, das liberdades individuais e do respeito pelo direito».

(Diário do Governo, 1.ª serie n.º 209)

No domínio dos princípios, nunca o Governo do Estado Novo poderia aceitar este compromisso, visto que sempre se tem proclamado adversário da Democracia.

No domínio dos factos, a ratificação do Pacto do Atlântico, não assinala qualquer tendência do Governo no sentido de garantir o exercício das LIBERDADES FUNDAMENTAIS.

Pelo contrário, tem-se acentuado cada vez mais o carácter anti-democrático do regime.

Com efeito.

— Ao mesmo tempo que se ultimavam os trabalhos preparatórios da elaboração do Pacto do Atlântico, reforçava-se a máquina repressiva do Estado Novo com o decreto das medidas de segurança para presos políticos.

— O Pacto do Atlântico não foi discutido pelos representantes do Povo — foi aceite por deputados do partido governamental em 27 de Julho de 1949.

— Poucos meses depois realizavam-se as «eleições» para deputados sem que fossem satisfeitas as condições mínimas.

Recenseamento honesto Liberdade de propagação Fiscalização do acto eleitoral, o que impediu o Povo de escolher livremente os delegados à Assembleia Nacional. Chegou-se ao ponto de publicar uma nova lei eleitoral donde foi banida até a palavra fiscalização.

— Por esta altura a P. I. D. E. investe contra o Movimento Nacional Democrático, prendendo e processando a Comissão Central.

— Membros destacados do Movimento Nacional Democrático são agredidos violentamente pela Polícia de Segurança Pública no Porto, em plena Avenida dos Aliados, no decorrer duma manifestação popular de apoio ao Movimento.

— Segue-se uma investida da P. I. D. E. contra o Movimento Nacional Democrático, sendo mais uma vez presos os membros da Comissão Central.

— Procede-se à revisão da Constituição num sentido ainda mais reaccionário:

— A ENTIDADE QUE PROCEDEU À REVISÃO NÃO FOI LIVREMENTE ELEITA PELO POVO — foi a Assembleia resultante dum acto eleitoral em que a Oposição não pôde participar.

— A revisão foi levada a cabo sem a participação do Povo — foram proibidas todas as sessões públicas para analisar o problema da revisão constitucional e a Censura impediu que a imprensa abrisse um debate público sobre esse problema.

— O objectivo da revisão era contrário aos interesses do Povo — tratava-se de evitar que o Povo escolhesse livremente o seu Candidato à Presidência da República; para isso introduziu-se a disposição marcadamente anti-democrática de sujeitar as candidaturas à aprovação do Conselho de Estado, organismo da inteira confiança do Estado Novo.

— A promulgação das alterações à constituição foi ilegal, não se respeitando sequer o prazo requerido pela lei.

— Dá-se a vagatura da Presidência da República antes da Assembleia ter alterado a Constituição: e o Movimento Nacional Democrático, vencendo todos os entraves levantados pelas autoridades governamentais e administrativas, apresenta o seu Candidato, o Candidato do Povo e da Paz, Ruy Luis Gomes. A Campanha eleitoral decorre sob a acção constante da Censura e da P. I. D. E. Na noite de 3 de Julho o representante da autoridade, Capitão Calafate, interrompe a histórica sessão de Rio Tinto a que se seguiu a agressão sangrenta ao Candidato do Povo e a outros dirigentes do Movimento Nacional Democrático, praticado por uma força da P. S. P. sob o comando do Capitão Nazaré e do Major Santos Júnior. O Conselho de Estado e o Supremo Tribunal de Justiça rejeitam a Candidatura do Movimento Nacional Democrático. E mais uma vez uma «eleição» do Estado Novo é assinalada por uma abstenção esmagadora.

— Nas vésperas do «5 de Outubro», agentes da P.I.D.E. comandados pelo Inspector Porto Duarte encerraram a sede da Comissão Central do Movimento Nacional Democrático. Pela mesma ocasião foi encerrada também a sede da Comissão Central do M. U. D. Juvenil.

— Continuam a funcionar os Tribunais Plenários de Lisboa e Porto por onde já passaram centenas de cidadãos, muitos deles forçados a cumprir pena maior e medidas de segurança.

— Continua a ser aplicada toda a legislação repressiva, ao abrigo da qual tantos funcionários públicos foram expulsos dos seus lugares, estando ainda fechado o exercício de funções públicas a quem for desafecto ao Estado Novo.

— Continua a não haver liberdade de formação e actuação de partidos políticos.

— Num período de poucos meses perdem a vida, nas cadeias do Estado Novo, os presos políticos, Militão Ribeiro, José Moreira, Venceslau Ramos e Carlos Pato.

Anexo IV

— Não foi extinto o Tarrafal e continua a ser utilizado como campo de concentração de presos políticos.

Estes factos documentam claramente o carácter anti-democrático do regime e o agravamento da situação política nacional desde a ratificação do Pacto do Atlântico.

Portanto, as afirmações contidas no texto transcrito do preâmbulo do Pacto do Atlântico surgem ao Povo Português como simples fórmula demagógica.

No plano económico assiste-se também a um agravamento substancial das já precárias condições de vida do Povo Português, agravamento resultante, por um lado, da própria estrutura económica do Estado Novo que fomenta a concentração das grandes riquezas Nacionais nas mãos dos grandes monopolistas e, por outro lado, da intensificação da preparação para a guerra.

Para se avaliar da importância dessa concentração, basta notar que de 1945 (ano em que terminou a guerra) para 1947 os lucros líquidos do Banco Espírito Santo subiram de 16.147 contos para 25.784; os do Banco Fonseca Santos e Viana, de 10.450 contos para 14.938; da Sacor, de 14.585 contos para 24.671; da Companhia do Açúcar de Angola, de 17.995 para 38.000 contos!

Os lucros líquidos daqueles dois Bancos em 1951 atingem já 29.000 contos e 17.000 contos respectivamente — quer dizer, estes lucros líquidos excedem a terça parte do último aumento de vencimentos aos funcionários públicos do nosso País.

Sempre foram elevadas as despesas com as forças militares e com as forças de repressão quando comparadas com as da Educação Nacional, Saúde Pública, etc. Este desequilíbrio aumentou grandemente com a entrada de Portugal no Pacto do Atlântico, e a tal ponto que o próprio Ministro das Finanças o afirma expressamente na Introdução ao Orçamento deste ano (decreto n.º 33.586, de 29-XII-51). Assim, em 1948 (antes de existir o Pacto) as despesas do Ministério da Guerra já totalizavam 866.426 contos, os da Guarda Nacional Republicana e das Polícias 165.718 contos. Em 1952 as despesas previstas para o Ministério do Exército, acrescidas da verba expressamente consagrada ao rearmamento atingem 1.238.467 contos! Com a G. N. R. e com as Polícias está previsto o encargo de 265.037 contos!

Só para o rearmamento o Estado Novo vai gastar durante os próximos três anos, 1.500.000 contos.

Neste ano o rearmamento consome mais 20.000 contos do que a ensino primário nos três anos 1947, e 1948!

No Diário do Governo n.º 272 1.ª série pode ver-se que em 1952 as despesas extraordinárias para a defesa nacional representam 44,6 % da totalidade das despesas extraordinárias, enquanto que os melhoramentos rurais absorvem apenas 2,2 %!

Com a G. N. R. e Polícias o Governo gasta mais do dobro do que destina ao Ensino Superior e Belas Artes!

A reunião do Conselho do Pacto do Atlântico em Lisboa, vai-nos custar tanto como o que está consignado no Orçamento para construções hospitalares no país e casas para famílias pobres.

Tudo isto mostra bem quanto é necessário lutar contra a corrida aos armamentos, lutar pela Paz.

Para termos uma ideia de quanto custa a preparação para a guerra, notemos que um cruzador de batalha equivale à construção de 10 grandes Institutos

de Investigação Científica funcionando durante um século; um couraçado equivale à construção de uma cidade pronta a receber 100.000 habitantes; uma divisão blindada absorveria o montante de todas as despesas públicas do nosso País durante três anos!

Portanto, não há dúvida de que, conquistada a Paz e assegurada a participação do Povo na vida política nacional, se pode encarar de frente a resolução de todos os nossos problemas económicos e sociais.

No plano internacional, o Pacto do Atlântico não é um factor de cooperação pacífica entre os Povos.

Quando, no final da segunda Grande Guerra, se lançaram as bases da colaboração entre as Nações para salvaguarda da Paz, reconheceu-se que o princípio da unanimidade entre as cinco grandes potências era essencial.

A superioridade da Organização das Nações Unidas relativamente à Sociedade das Nações consistia fundamentalmente na adopção desse princípio, que condiciona as deliberações do Conselho de Segurança em questões de substância.

Ora o Pacto do Atlântico, sendo a expressão dum bloco de potências cuja economia e vida social estão dominadas pela política de preparação para a guerra, só pode funcionar à margem do Conselho de Segurança e, por isso, fora do âmbito do princípio de unanimidade das grandes potências, em que assenta a segurança colectiva.

Condicionando as economias nacionais à intensificação dos preparativos militares, o Pacto do Atlântico facilita a penetração económica dos armamentistas estrangeiros, pondo em causa a própria Independência de cada Nação.

Em resuma, desde a entrada em vigor do Pacto do Atlântico,

ACENTUOU-SE AINDA MAIS O CARACTER ANTI-DEMOCRATICO DO REGIME;
AGRAVOU-SE A SITUAÇÃO ECONÓMICA DO POVO PORTUGUÊS;
DIFICULTOU-SE A COOPERAÇÃO PACÍFICA ENTRE AS NAÇÕES.

Democratas amigos da Paz,

Esta realidade, exige de todos nós que lutemos unidos pelas seguintes reivindicações:

— SAÍDA DE PORTUGAL DO PACTO DO ATLANTICO;

— CONDENAÇÃO DA POLÍTICA ARMAMENTISTA E UTILIZAÇÃO DAS VERBAS ASSIM DISPONÍVEIS PARA A ELEVAÇÃO DO NÍVEL DE VIDA DO POVO PORTUGUÊS;

— ELABORAÇÃO DE UM PACTO DE PAZ ENTRE AS CINCO POTÊNCIAS.

PORTUGUESES!

VIVA A RÉPUBLICA!

VIVA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL!

VIVA A PAZ!

MAIS PÃO E MENOS CANHÕES!

Janeiro de 1952.

Pela Comissão Central

Ruy Luiz Gomes

Virginia Moura

José Morgado

Albertino Macedo

Anexo V

Ang.

A ARMA BACTERIOLOGICA

Está a ser empregada pelos americanos na Coreia e na China

*Extrato do relatório publicado pela Comissão da Associação
Internacional dos Juristas Democratas*

*Telegrama da Comissão da A. I. dos Juristas Democratas
a Kuo Mo Jo, membro do Conselho Mundial da Paz*

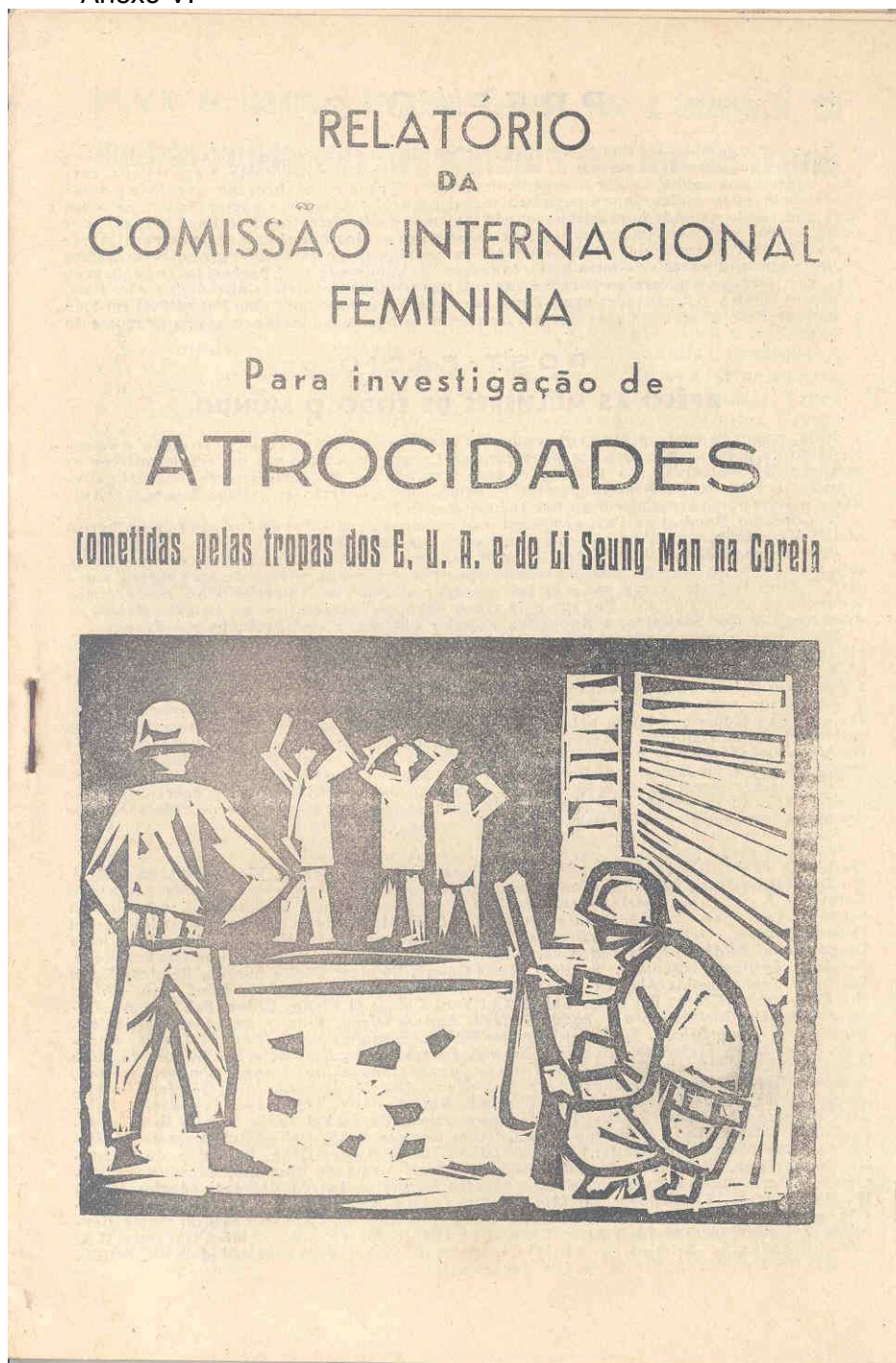
Apêlo do Conselho Mundial da Paz



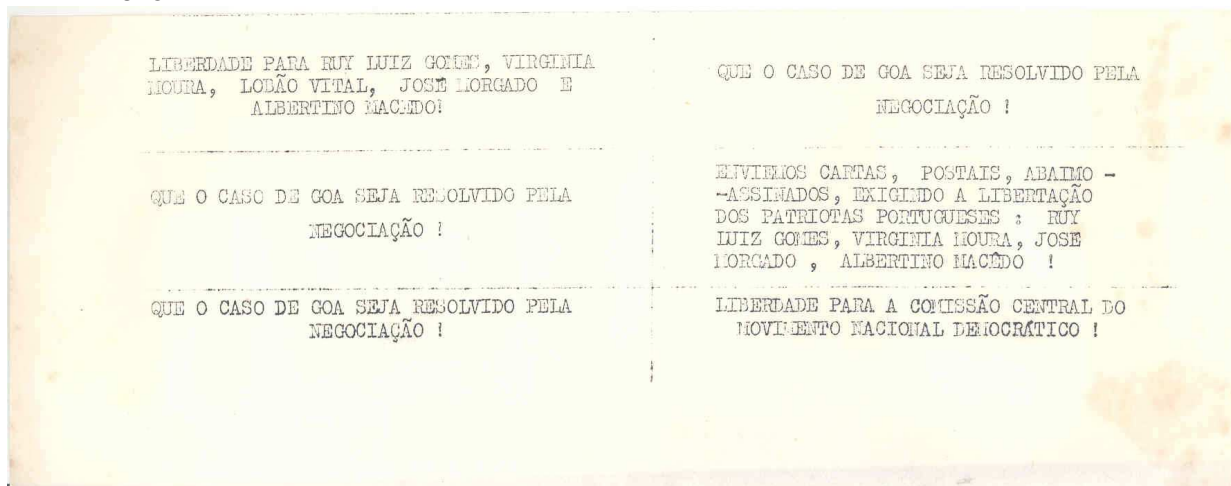
**Tipo de bomba usado pelos aviões americanos para lançamento
de bacilos de doenças infecciosas nos territórios da Coreia
do Norte e da Manchúria**

MAIO DE 1952 Preço 1\$00

Anexo VI



Anexo VII



Anexo VIII

Eu Apoio

A realização do Congresso dos Povos para a Paz

Porque :

- Desejo que o espírito de negociações prevaleça sobre as soluções de força.
- Defendo a segurança e a independência nacionais.
- Aprovo o desarmamento e a acalmia internacionais.
- Quero a Paz e o Progresso e não a Privação e a Destruição do meu lar.

A PAZ É O MELHOR

Congresso dos Povos para a Paz

Viena, 5 de Dezembro de 1952

BEM DA HUMANIDADE

Anexo IX

APÊLO DO CONSELHO MUNDIAL DA PAZ
PARA UM PACTO DE PAZ
ENTRE AS CINCO GRANDES POTÊNCIAS

CORRESPONDENDO ÀS ASPIRAÇÕES DE MILHÕES DE PESSOAS DO MUNDO INTEIRO, QUALQUER QUE SEJA A SUA OPINIÃO SOBRE AS CAUSAS QUE ORIGINAM O PERIGO DE UMA NOVA GUERRA MUNDIAL; COM O OBJECTIVO DE GARANTIR A PAZ E SALVAGUARDAR A SEGURANÇA INTERNACIONAL;

REIVINDICAMOS A CONCLUSÃO DUM PACTO DE PAZ ENTRE AS CINCO GRANDES POTÊNCIAS -- ESTADOS UNIDOS, U.R.S.S., REPUBLICA POPULAR DA CHINA, INGLATERRA E FRANÇA.

EXAMINAREMOS A RECUSA DO GOVERNO DE QUALQUER DAS GRANDES POTÊNCIAS A UMA REUNIÃO PARA A CONCLUSÃO DESSE PACTO DE PAZ COMO UM TESTEMUNHO DE DESIGNIOS AGRESSIVOS.

EXORTAMOS TODOS OS PAISES QUE AMAM A PAZ A APOIAR ESTA REIVINDICAÇÃO PARA CONCLUIR UM PACTO DE PAZ QUE DEVE ESTAR ABERTO A TODOS OS PAISES. ASSINAMOS ESTE APÊLO E EXORTAMOS A ASSINAR -LO TODAS AS PESSOAS DE BOA VONTADE; TODAS AS ORGANIZAÇÕES QUE DESEJAM A CONSOLIDAÇÃO DA PAZ.